



A LIBERDADE CRISTÃ NA PERSPECTIVA PAULINA

(Freedom Christian Perspective on Paul)

Edir Aparecido Morato

Bacharel em Teologia pelo UNISAL

Graduando em Pedagogia pelo UNISAL

E-mail: edymorato@yahoo.com.br

RESUMO

No Antigo Testamento, os acontecimentos que marcaram a libertação do povo de Israel, no Egito, forneceram uma referência permanente para que o povo pudesse compreender, orientar e julgar todos os acontecimentos de sua história à luz da Palavra de Deus. No Novo Testamento, o novo êxodo, vislumbra a liberdade cristã: segundo Paulo, a libertação oferecida por Cristo liberta da visão legalista de justificar-se e de se alcançar a salvação por meio da observância de normas, em detrimento à graça divina (Gl 5,1ss). Por isso, Paulo é chamado a anunciar o evangelho do Cristo Libertador para que, na graça, todos sejam salvos; e assim hoje, os discípulos missionários de Jesus Cristo são igualmente convocados a viver na liberdade de filhos de Deus, a fim de realizar livremente seu desígnio salvífico.

Palavras-chave: Libertação. Liberdade. Responsabilidade.

ABSTRACT

In the Old Testament, the events that marked the liberation of the Israelites in Egypt provided a permanent reference for the people could understand, guide and judge all the events of their history in the light of God's Word. In the New Testament, the new exodus, glimpses of Christian freedom, according to Paul, the liberation offered by Christ frees from the legalistic view to justify themselves and to attain salvation through the observance of standards rather than to divine grace (Gal 5:1 ff). So Paul is called to proclaim the gospel of Christ Liberator that, in grace, all to be saved, and so today, the missionary disciples of Jesus Christ are also called to live in freedom as children of God, in order to accomplish it's freely saving plan.

Keywords: Liberation. Freedom. Responsibility.

INTRODUÇÃO

Há três realidades designadas, em geral, pelo termo *liberdade*: a ausência de coação, a possibilidade de escolha e a autodeterminação.¹ Assim, para a ação ser considerada livre e responsável, deve ser gerada por uma consciência livre de constrangimentos exteriores. Não obstante, a viva percepção dos obstáculos, que impedem o exercício da liberdade e ofendem a dignidade humana, encontra-se na origem das fortes aspirações à libertação que hoje fermentam em nosso mundo.²

Diante dessa realidade, urge reavermos o significado genuíno da seguinte questão: o que significa ser livre? A princípio, a resposta espontânea é a seguinte: é livre aquele que pode fazer unicamente o que quiser; não sofrer coação externa e gozar de plena



independência e autoconvicção. O contrário da liberdade seria assim: a dependência de nossa vontade a uma vontade alheia. Mas o homem sabe sempre o que quer? Pode tudo o que deseja? É de sua natureza limitar-se ao próprio eu, separando-se da vontade de outrem?³

Sobre essas questões prementes, o autor explicita, no presente artigo, que a ânsia humana por liberdade ultrapassa sua capacidade de obtê-la. Para ser livre, antes é preciso que o homem se liberte de todo o mal que o aprisione, pois sua liberdade está condicionada à libertação das múltiplas formas de opressão humana. No entanto, longe de cumprir-se, na total autonomia do *eu* e na ausência de relações, somos chamados à liberdade para servir uns aos outros, pautados no amor (Gl 5,13); e só a graça de Deus nos liberta para o amor, pois somente no Espírito somos verdadeiramente livres (2Cor 3,17); e só o Espírito nos educa à liberdade, para fazer de nós livres colaboradores do desígnio salvífico do Pai, conforme Jesus Cristo.

1. A LEI EA A LIBERDADE DE CRISTO

A Lei de Cristo é a exigência do amor. O *carregar o fardo uns dos outros*, mencionado em Gl 6,2 como o cumprimento dessa lei, outra coisa não é senão uma manifestação do *servir uns aos outros no amor*, pois é o amor que edifica a comunidade e que por isso exige renunciar ao autoritarismo; exige não buscar o que é seu, mas o que é do outro.⁴ O amor é o cumprimento da lei cuja exigência está resumida no *amarás teu próximo como a ti mesmo* (Gl 5,14). Esse cumprimento da lei, porém, não é um ato meritório e sim de liberdade; ou seja, é dom de si; é serviço a Deus e ao próximo.

Daí então surge uma questão: como pode o amor ser mandado? De fato, o amor somente é possível para aquele que está livre de si mesmo, isto é, *a fim de não mais viver para si, e sim para aquele que por ele morreu e ressuscitou* (2Cor 5,15); para o fiel, segundo a *lei* de Cristo, o mandamento do amor, pode ser *mandado* porque antes lhe é dado; pois Deus amou-nos primeiro, e este amor se faz visível em Jesus: Cristo dá carne e sangue aos conceitos⁵; sua humanidade se torna o instrumento livre e perfeito de seu amor divino.

A liberdade de Jesus Cristo consiste em fazer a vontade do Pai servindo ao próximo, sobretudo aos mais necessitados: doentes, perturbados, rejeitados e todas as pessoas cuja condição dá testemunho do estado de escravidão⁶. Desvencilhá-los dos grilhões sócio-econômico, político, cultural ou religioso que os mantém aprisionados significa levá-los a perceber que a libertação das múltiplas formas de opressão humana, é significativa na justa medida em que os ajuda a alcançar aquela liberdade intrínseca e espiritual da qual possam viver como filhos de Deus (Rm 8,12-17).

Desse modo, Jesus Cristo liberta cada homem e o homem todo, e o convida a percorrer seu caminho.⁷ Ele que, sendo rico, se fez pobre para nos enriquecer por sua pobreza (2Cor 8,9), caminha livremente para a Paixão e, na sua fidelidade ao Pai sobre a cruz, dá a vida pela salvação de todos (Fl 2,6-13). Segui-lo não é simplesmente uma imitação exterior, já que atinge o homem na sua profunda interioridade. Ser seu discípulo significa ser chamado a conformar sua liberdade à dele e assumir seu estilo de vida, ou



seja, amar incondicionalmente até a doação total de si.⁸ Tal chamado, porém põe em causa nossa vontade e intelecto: o apelo de Jesus *vem e segue-me* indica a máxima exaltação possível da liberdade do homem e, ao mesmo tempo, atesta a veracidade de decisões que se podem designar como *opção fundamental*, donde o homem é capaz de orientar sua vida. Mas, esta capacidade exercita-se, de fato, nas escolhas particulares de atos determinados; realiza-se através de escolhas conscientes e livres, indicados pela razão natural como bens a praticar e males a evitar.⁹ Em última análise, a partir de escolhas deliberadas o homem ou *se aproxima ou afasta-se* de Deus; o agrada ou o rejeita.

Nesse sentido, seguir a Jesus Cristo significa realizar em nossa vida a vontade de Deus-Pai. E essa comunhão de vontades cresce à medida que nosso querer e a vontade de Deus coincidem. Assim, a vontade divina deixa de ser para mim uma vontade estranha que me impõe de fora: os mandamentos; mas é a minha própria vontade baseada na experiência de que Deus é mais íntimo a mim mesmo de quanto o seja eu próprio. Por isso, a *lei* de Cristo já não se trata de um *mandamento* que do exterior me impõe o impossível, mas de uma experiência de amor proporcionada do interior; um amor que, por sua natureza, deve ser ulteriormente comunicado ao próximo, ao *outro eu* – consequência resultante da fé que se torna viva pela caridade (Gl 5,6).

Por nossa livre cooperação com a ação misericordiosa do amor divino em nossas vidas, iniciamos a resposta de fé e, desse modo, inicia-se o relacionamento pessoal de amor mútuo ao qual Deus nos chama. Entretanto, o amor não é uma questão de palavras, mas de realizações. Por isso, precisamos cuidar para que nossa fé esteja viva nas obras de caridade, pois enquanto permanece inativa ou morta, nossa fé faz com que toda confissão de nosso amor por Deus seja falseada.¹⁰

Para nós cristãos, todo verdadeiro amor a Deus significa dizer que temos o pensamento e o coração de Cristo (1Cor 2,16; Fl 2,5) e, exatamente como seu amor pelo Pai levou-o a exaurir-se por nós, assim também nosso amor por ele faz com que nos voltemos para o próximo. Quando Paulo nos lembra de que somos chamados a uma fé viva, expressa em amor, ele nos diz simplesmente que nosso serviço de amor a Deus manifesta-se, é testado e verificado no serviço de amor ao próximo. Porém, jamais amaremos apropriadamente a Deus e ao próximo se considerarmos os outros como *meio para se alcançar o céu*. Na verdade, a viva percepção do amor divino por nós, nos liberta dos efeitos frustrantes da preocupação ansiosa pela salvação. Ter uma percepção intrínseca do amor duradouro de Deus por nós incentiva-nos a ser menos defensivos e mais esquecidos de nós mesmos, pois profundamente cômicos do amor pessoal de Deus, passamos a nos ver numa luz nova que nos abre os olhos e o coração para o amor abnegado aos outros¹¹ - exatamente como sucede com Paulo que, sendo livre, foi solícito a todos (1Cor 9,19).

2. A LEI E A LIBERDADE DE PAULO

O apóstolo, que de perseguidor passou a ser o maior missionário do evangelho de Cristo, proclama: *perseguia sobremaneira e devastava a Igreja de Deus [...] distinguindo-me no zelo pelas tradições paternas* (Gl 1,13s). E parte de sua



autobiografia relatada em suas cartas, assim como em Atos dos Apóstolos, o confirmam como um judeu fervoroso: *circuncidado ao oitavo dia, da raça de Israel, da tribo de Benjamim, filho de hebreus; quanto à Lei, fariseu; [...] quanto à justiça que à na Lei, irrepreensível* (Fl 3,5s). Nascido em Tarso, na Cíclia, Paulo foi criado em Jerusalém e educado na acurada observância da Lei de seus pais; e ademais, entendia hebraico, grego e aramaico (At 21,37; 22,2). Mas o que o converteu de um zeloso observador da Lei judaica para o proclamador por excelência do evangelho cristão, foi uma *aparição* reveladora do Cristo ressuscitado, enquanto caminhava rumo a Damasco.¹²

A *visão* do Cristo que o deixa *cego* para sua antiga vida inaugura a passagem de um perseguidor dos cristãos para o anunciador do Caminho.¹³ O Senhor vivo o liberta daquela visão legalista de que a justificação¹⁴ e a salvação são alcançadas por meio da observância das leis, em detrimento à graça santificante; pois a partir de Cristo, somos justificados e salvos graças à ação do Espírito, criador de liberdade (Gl 2,4). O ser humano foi criado livre, e a superação da lei restaura-o na sua autêntica natureza. Homem e mulher não foram criados para viver subordinados a uma norma que lhes é alheia ou exterior. A sua norma é a plena realização de sua humanidade, tal como ela brota do ato criador do Pai, e essa humanidade genuína e autêntica provém de Cristo.¹⁵

Paulo, *o apóstolo do Caminho* (At 19,9), sabe que a natureza do Espírito é liberdade, porque ele sopra onde quer.¹⁶ Sua ação restaura a criatura humana e também cria liberdade, *pois onde está o Espírito do Senhor, aí há liberdade* (2Cor 3,17). A propósito, o ser humano foi criado livre, criado pelo Espírito, mas afastou-se dele e tornou-se carne. *Carne*, segundo Paulo, pode significar simplesmente a condição terrena do homem – marcada pela vulnerabilidade e finitude – como também a criatura fechada em si mesma, egocêntrica, que não se abre ao Espírito.¹⁷ Abrir-se ao Espírito significa justamente perscrutar a Palavra de Deus que agora é escrita em nossos corações, a fim de conhecermos sua vontade. Infuso por esta Palavra viva, Paulo deixou-se envolver por ela a ponto de exclamar: ai de mim se não anunciá-la! (1Cor 9,16).

Não obstante, o apóstolo, missionário por excelência, propaga o evangelho de Cristo, dentre os povos, crentes e não-crentes, de modo autenticamente livre. Ciente de servir a todos, na liberdade concedida pela graça, Paulo manifesta sua experiência com o Senhor, pregando não uma linguagem persuasiva de sabedoria humana, mas em demonstração do Espírito de sabedoria divina, a fim de que, em Deus, toda fé seja apoiada; pois a santificação do homem passa pela justificação, e essa última vive da fé em Cristo Jesus.¹⁸ A fé, porém, completa ele, não prescinde do amor, pois enquanto a fé se esvai no tempo, o amor, que a tudo suporta, permanece para sempre (1Cor 13,7.13).

O amor não tem limite, nem medida, nem regra. Quem pode dizer que cumpriu o amor? Somente quem *se abandona* à misericórdia de Deus sabe que nunca fará o suficiente; nem pode saber se foi realmente fiel, se amou como podia e devia (Lc 17,10). O amor faz da pessoa que o pratica, sentir-se permanentemente devedor da fonte que o alimenta. E enquanto a liberdade encontra no amor o seu termo, nenhuma lei exprime a plenitude da caridade.¹⁹ Em geral, a lei é uma expressão limitada pelo contexto temporal e local, mas embora anacrônica, ela deve visar sempre o progresso humano integral. Progresso aqui entendido como uma expansão no crescente domínio da razão, em vista da



superação de todas as dependências, pois o progresso é avanço para a liberdade perfeita, na qual o homem se realiza rumo à plenitude.²⁰

Por isso, Paulo não pretende voltar atrás, aquém da lei. Ele visa anunciar um além da lei, no qual a lei acha sua plena realização. Segundo o apóstolo, a lei desaparece diante de um modo retilíneo (fiel) de se viver, pois *a lei serviu de 'pedagogo' até a manifestação de Cristo* (Gl 2,19); logo, para Paulo, *o fim da lei é Cristo* (Rm 10,4). Mas ainda no que diz respeito às leis, Paulo não diz que estão superadas, no sentido de que se possa agir arbitrariamente: liberdade não significa libertinagem, e sim o seu contrário. A lei é superada no sentido de que o discípulo de Jesus, espontaneamente, vai além dela, sem precisar dela; pois o Espírito o constitui num estado em que a vontade de pecar desaparece.²¹ *Fostes chamados, irmãos, à liberdade, não a uma liberdade que dê ocasião à carne; antes, sede servos uns dos outros pelo amor* (Gl 5,13); pois *o cumprimento da lei é o amor* (Rm 13,10).

Desse modo, a *nova lei* está incluída na novidade de vida dos discípulos de Jesus, e de modo transbordante. Ao defender rigorosamente a justificação pela fé em Cristo, Paulo *morreu para a antiga lei*, a fim de viver para Deus. E, assim declara Paulo: *já não sou eu quem vive, mas Cristo que vive em mim*; e conclui: *se a justiça é alcançada mediante a lei, logo, Cristo morreu em vão* (Gl 2,19s). Assim, a totalidade do sistema de normas e de preceitos que organizava a vida do povo de Israel fica suprimida para os membros do novo povo de Deus, sendo substituída por um novo princípio: a liberdade.²² E a norma que rege essa liberdade é o amor; *porque toda a lei se cumpre numa só ordem: amarás o teu próximo como a ti mesmo* (Gl 5,14). A *lei da liberdade* cria servos do amor; tal é a lei de Paulo que, sendo livre, fez-se servo de todos (1Cor 9,19). Enfim, mediante a mensagem evangélica, Paulo corrobora para o que Jesus diz de modo absolutamente claro: sua objeção frente às leis refere-se àqueles que buscam justificar-se e, em última análise, alcançar a salvação por meio da observância das leis, sem, contudo, considerar a graça e a misericórdia divinas;²³ pois a partir de Cristo, a lei passou a ser escrita nos corações, para que onde estiver o Espírito do Senhor, haja liberdade (2Cor 3,3.17).

3. A LIBERDADE NO ESPÍRITO

Cristo nos libertou para a liberdade (Gl 5,1). Como então é possível essa libertação da liberdade que se achava constringida e detida pelo pecado? A resposta é o evento do Espírito. Espírito que revela ao mundo a verdade sobre Jesus, assim como ele revelou ao mundo a verdade acerca do Pai. Espírito que faz a memória dos discípulos de Jesus voltar a seus ensinamentos, a fim de amadurecer neles um testemunho que não seja simplesmente repetição dos fatos em sua materialidade, mas entendimento e comunicação do sentido dos mesmos.²⁴ A liberdade no Espírito resulta justamente do fato de o fiel, como que *libertado*, não mais pertence a si mesmo; não toma mais sua vida em suas próprias mãos, mas entrega-se totalmente à graça; se sabe como filho de Deus e vive para ele. Pois ninguém vive nem morre para si mesmo, mas para o Senhor – a quem tudo pertence, seja o mundo, a vida ou a morte, seja as coisas presentes ou futuras, pois tudo é de Deus (1Cor 3,21ss; 6,19; Rm 14,7s); e quando participamos da vida em Deus, participamos do Espírito Santo. Com efeito, o Espírito é aquele que age em todo o processo que conduz à fé, faz compreendê-la e com que se viva dela.²⁵ Nesse



sentido, abandonar-se ao Espírito até a doação total de si, significa *esvaziar-se* de si e deixar-se envolver por ele, até auto-afirmarmos com aquela plena convicção do apóstolo: *para mim, viver é Cristo!* (Fl 1,21).

De fato, quem se deixa inebriar-se pelo Espírito torna-se verdadeiramente livre! Graças a Jesus Cristo conquistamos a liberdade em relação à lei; para a liberdade ele nos libertou e para ela somos chamados (Gl 5,1.13). Logo, a comunidade cristã é a comunidade dos livres. Sua nova lei é *a lei do Espírito* (Rm 8,2) a qual, agora, o discípulo deve observar; pois *se vivemos no Espírito, andemos também no Espírito* (Gl 5,25) – o que em certo sentido significa dizer: *torna-te o que és!* Ou dito de outro modo, a possibilidade de *viver no Espírito*, concedida à fé, deve corresponder indubitavelmente à *práxis* cristã. Desse modo, ser coerente não significa permanecer recluso num sistema, mas, sobretudo, ser fiel a uma luz recebida.²⁶ Pois o fato de que o fiel recebeu o dom do Espírito no batismo²⁷, significa dizer que lhe foi dada a possibilidade de libertação, em relação ao poder do pecado e da morte. Por isso, é preciso sempre ter presente que toda a iniciação à vida cristã é caminho de conversão que há de ser realizada com a ajuda de Deus e em constante referimento à comunidade eclesial.²⁸ A iniciação nos mistérios da fé implica um longo processo vital de introdução do fiel na comunidade, a fim de envolvê-lo num itinerário capaz de levá-lo ao amadurecimento da própria fé rumo à maturidade de Cristo (Ef 4,13).

Assim, viver no Espírito consiste em crescer em tudo naquele que é a Cabeça do corpo eclesial, Cristo Jesus. Formada por diversos membros, a Igreja cresce à medida que cada fiel, desde o batismo, exerce seu dom e colabora em vista da unidade, oferecendo-se como um sacrifício vivo para fazer a vontade de Deus.²⁹ Dessa maneira, mediante o sopro da graça do Espírito o batismo se torna um vínculo de fé fundamental de unidade, pois somos todos chamados a confessar e a servir um só Senhor, em cada lugar e no mundo inteiro até que Deus seja tudo em todos (1Cor 12,6;15,28). De fato, o batismo cristão inaugura a passagem de uma estrutura hierárquica a um regime de igualdade fundamental, a de filhos de um mesmo Pai: *pois todos somos filhos de Deus mediante a fé em Jesus, porque fomos batizados e revestidos em Cristo. Portanto, não há mais diferença entre judeu e grego, escravo e livre, homem e mulher, porque todos somos um só em Jesus Cristo* (Gl 3,26-28).

Como se vê, o Espírito nos une, libertando-nos da prepotência e dos pré-conceitos que nos impedem de reconhecer e aceitar o outro com suas diferenças, justamente porque o outro é diferente e, ao mesmo tempo, semelhante a mim; pois o reconhecimento de si acontece no reconhecimento do outro,³⁰ e no Espírito reconhecemos ser iguais perante Deus. Por isso essa libertação pelo Espírito acontece à medida que eu permita que o outro seja, isto é, sem lhe impor condições para que eu o aceite. Pois a autêntica liberdade cristã consiste na superação de si, ou seja, na busca do bem comum a todos; na autodeterminação, isto é, na ação pessoal plena de convicção; na renúncia ao próprio direito, a fim de *ganhar* o irmão; resulta, portanto, na autodoação, a exemplo de Cristo (1Cor 10,33-11,1).



CONCLUSÃO

Sob o pretexto de liberdade, não raro, os homens de nosso tempo se mostram propensos a agir arbitrariamente. Em nós, a liberdade é originariamente caracterizada pelo nosso ser e por seus limites. Ninguém plasma arbitrariamente a própria consciência, mas todos formam a própria personalidade sobre a base de uma natureza que lhe foi dada. Não são apenas as outras pessoas que são indisponíveis, também nós não podemos dispor arbitrariamente de nós mesmos. O desenvolvimento da pessoa degrada-se, caso ela pretenda ser a única produtora de si mesma. Perante esta pretensão, devemos robustecer o amor por uma liberdade não arbitrária, mas tornada verdadeiramente humana pelo reconhecimento do bem que a precede. Com tal objetivo, é preciso que o homem reentre em si mesmo, para reconhecer as normas fundamentais da lei moral natural que Deus inscreveu em seu coração.³¹

Dáí decorre a reivindicação de que possamos agir segundo nossa própria convicção. Porém, com liberdade responsável e não forçados por coação, e sim levados pela consciência do dever. Segundo o autor, a entrega voluntária da fé, à graça divina, resulta na renúncia à velha autocompreensão do ser humano que vive para si, a fim de ganhar a vida por forças próprias, e que em detrimento disso dissolve sua concepção integral como ser humano – que carece de relação com o mundo e com Deus.³² Já a nova auto-compreensão concedida à fé é a liberdade no Espírito, na qual o fiel ganha a vida e com isso a si mesmo. A fim de correspondermos ao dom da liberdade concedido pelo Espírito, é imprescindível fazer não apenas o que quiser, mas o que convém (1Cor 10,23) – ainda que a custa de renúncias e penitências – para então servirmos efetivamente a Deus e ao outro eu, de *modo* autenticamente livre.

BIBLIOGRAFIA

BENTO XVI. *Caritas in Veritate*. Carta encíclica sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade. São Paulo: Loyola, 2009.

JOÃO PAULO II. *Veritatis Splendor*. Carta encíclica sobre algumas questões fundamentais do ensinamento moral da Igreja. 7. ed. São Paulo: Paulinas, 2004.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Instrução sobre a liberdade cristã e a libertação*. Petrópolis: Vozes, 1986. (Documentos Pontifícios, 207).

CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO (CELAM). *Documento de Aparecida*: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. 8. ed. Brasília: Edições CNBB; São Paulo: Paulus: Paulinas, 2008.

CATÃO, Francisco. *Falar de Deus*: considerações sobre os fundamentos da reflexão cristã. São Paulo: Paulinas, 2001.

COMBLIN, José. *A liberdade Cristã*. São Paulo: Paulus, 2009.

CONGAR, Yves. *Ele é o Senhor e dá a vida*. Tradução de Euclides M. Balancin. (Coleção creio no Espírito Santo, n. 2). São Paulo: Paulinas, 2005.



GENOVESI, Vincent J. *Em busca do amor: moralidade católica e sexualidade humana*. Tradução de Bárbara Theoto Lambert. São Paulo: Loyola, 2008.

NOTAS

¹ CATÃO, Francisco. *Falar de Deus: considerações sobre os fundamentos da reflexão cristã*. São Paulo: Paulinas, 2001, p. 171.

² CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Instrução sobre a liberdade cristã e a libertação*. (Documentos pontifícios, 207). Petrópolis: Vozes, 1986, n. 1.

³ Cf. *Ibidem*, n. 25.

⁴ Cf. 1Cor 8,1; 10,24; 13,5; Rm 14,15.

⁵ Cf. BENTO XVI. *Deus Caritas Est*. Carta encíclica sobre o amor cristão. São Paulo: Loyola, 2006, n. 12.

⁶ Cf. Mt 4,23; Mc 1,25s; Lc 4,17ss; Jo 6,38.

⁷ Cf. Mt 19,21; Mc 10,21; Lc 18,22; Jo 21,22.

⁸ Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (2008-2010)*. (Documento da CNBB, 87). São Paulo: Paulinas, 2008, n. 57.

⁹ Cf. JOÃO PAULO II. *Veritatis Splendor*. Carta encíclica sobre algumas questões fundamentais do ensinamento moral da Igreja. 7. ed. São Paulo: Paulinas, 2004, n. 66-67.

¹⁰ Cf. GENOVESI, VINCENT J. *Em busca do amor: moralidade católica e sexualidade humana*. São Paulo: Loyola, 2008, p. 48-49.

¹¹ Cf. *Ibidem*.

¹² Cf. At 9,3; 22,6; 26,12; Gl 1,11s.

¹³ Cf. At 19,9.23; Gl 1,23.

¹⁴ Doutrina que afirma ser a atividade de praticar boas ações, que nos faz bons e justos (ou justificados) aos olhos de Deus.

¹⁵ Cf. COMBLIN, José. *A liberdade Cristã*. São Paulo: Paulus, 2009, p. 39.

¹⁶ Cf. Jo 3,8.

¹⁷ Cf. Gl 5,16-25.

¹⁸ Cf. 1Cor 2,4s; Rm 1,16s; Gl 3,24.

¹⁹ Cf. COMBLIN, José. *A liberdade Cristã*. São Paulo: Paulus, 2009, p. 40.

²⁰ Cf. BENTO XVI. *Spe salvi*. Carta encíclica sobre a esperança cristã. São Paulo: Loyola, 2007, n. 18.

²¹ Cf. Rm 6,18; 7,6.

²² Cf. COMBLIN, José. *A liberdade Cristã*. São Paulo: Paulus, 2009, p. 38.

²³ Cf. Mt 23,1ss; Gl 5,18

²⁴ Cf. CONGAR, Yves. *Revelação e experiência do Espírito*. São Paulo: Paulinas, 2005, p. 85.

²⁵ *Ibidem*, p. 73.

²⁶ Cf. BENTO XVI. *Caritas in Veritate*. Carta encíclica sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade. São Paulo: Loyola, 2009, n. 12.



²⁷ Paulo, naturalmente, compartilha a convicção cristã comum de que o Espírito é concedido pelo batismo. Cf. 1Cor 6,11; 2Cor 1,22.

²⁸ Cf. BENTO XVI. *Sacramentum Caritatis*. Exortação Apostólica Pós-Sinodal sobre a eucaristia: fonte e ápice da vida e da missão da Igreja. (Documento do Magistério). São Paulo: Loyola, 2007, n. 19.

²⁹ Cf. Rm 12,1s; 1Cor 12,1ss.

³⁰ Cf. Gn 2,23.

³¹ BENTO XVI. *Caritas in Veritate*. Carta encíclica sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade. São Paulo: Loyola, 2009, n. 68.

³² Cf. CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO (CELAM). *Documento de Aparecida*. 8. ed. Brasília: Edições CNBB. São Paulo: Paulus/Paulinas, 2008, n. 44.

Artigo enviado em 05/12/2010
Artigo aprovado em 20/03/2011